

Guerra ao javali: invasão biológica, feralização e domesticação nos campos sulinos

War on boars: biological invasion, feralization and domestication in the southern grasslands

Caetano Sordi¹

Cientista Social, Filósofo, Mestre e Doutorando em Antropologia Social
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

E-mail: caetano.sordi@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa o processo de invasão biológica protagonizado por suídeos ferais da espécie *Sus scrofa* no extremo-sul do Brasil desde um ponto de vista antropológico e etnográfico. Considerado uma das piores espécies exóticas invasoras do mundo, o javali europeu tem produzido alterações na paisagem pampeana que o artigo visa discutir.

¹ Bolsista CNPq. Pesquisador do Grupo de Pesquisa CNPq Espelho Animal: antropologia das relações entre humanos e animais e do Projeto de Pesquisa Antropologia e “Espécies Animais Exóticas”: o caso do Javali Europeu Asselvajado no Brasil (CNPq 2014-2017).

Principais publicações:

LEWGOY, Bernardo; SORDI, Caetano. 2012. “As guerras da carne: o consumo carnívoro, seus defensores e críticos: novas e velhas configurações”. In: Carlos A. Steil & Isabel Carvalho (org.), *Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Terceiro Nome. pp. 137-151.

_____. 2012. “Devorando a carcaça: contracozinhas e dietas alternativas na alimentação animal”. *Anuário Antropológico*, 2011(2):159-175.

SORDI, Caetano. 2011. “O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais”. *IHU Ideias*, 145:3-28.

_____. 2013. “Heidegger, Ingold e as (zoo)técnicas: uma discussão a partir da bovinocultura de corte brasileira”. *Cadernos de Campo*, 22:118-133.

_____. 2013. “Resenha de Lévi-Strauss, Claude. O outro lado da lua: escritos sobre o Japão”. *R@U: Revista de Antropologia da UFSCar*, 4(2).

SORDI, Caetano; LEWGOY, Bernardo. 2013. “O que pode um prion? O caso atípico de Vaca Louca no Brasil e seus desdobramentos”. *Antropológicas*, 24(1):125-143.

A consolidação de uma rede local de manejo da espécie - envolvendo produtores rurais, órgãos estatais e caçadores - é o ponto de partida etnográfico para uma análise de aspectos como: a aquisição de habilidades cinegéticas por indivíduos antes acostumados com outro tipo de lida humano-animal; as mudanças acarretadas no cotidiano de criadores de animais; bem como a fronteira entre o selvagem e o doméstico, representada localmente pelas controvérsias envolvendo o “javaporco” – elemento híbrido entre o porco doméstico e o porco feral.

Palavras-chave: javali; invasão biológica; feralização; domesticação; campos sulinos; pampa.

Abstract

This article analyses the process of biological invasion carried by feral swine of the species *Sus scrofa* in the southernmost part of Brazil from an anthropological and ethnographical point of view. Considered as one of the worst alien-invasive species in the world, the European wild boar is producing changes in the *pampean* landscape that the article aims to discuss. The consolidation of a local network for the species' management - involving farmers, hunters and state agencies - is my ethnographic point of departure for a more general analysis of aspects such as: the acquisition of cynegetic skills by individuals once used with other types of human-animal interactions; the transformations carried by the wild boars in the daily life of animal breeders; as well as the boundaries between the wild and domesticated. locally represented by the controversies surrounding the “javaporco” – a hybrid element between the domestic and the feral pig.

Keywords: wild boar; biological invasion; feralization; domestication; southern grasslands; pampa.

Quem conta ovelhas mortas? – Dramatizando um problema socioambiental

Era dia 5 maio de 2014, uma segunda-feira. O pequeno plenário da Câmara de Vereadores de Santana do Livramento, município localizado na fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul, encontrava-se lotado; todos a postos para o início de uma audiência pública cujo objetivo era discutir a “praga do javali”. Em meio ao burburinho que antecedia a sessão, era possível discriminar algumas queixas sobre a ignominiosa atividade dos suínos ferais, os quais, de acordo com diversos relatos existentes na região, estariam ameaçando a continuidade da ovinocultura tradicional e a subsistência dos criadores, devido ao seu voraz apetite por cordeiros recém-nascidos.

A decoração do recinto, bem como a disposição das mesas e cadeiras, era bastante ordinária, própria do poder legislativo de uma cidade do interior: ao fundo, junto à parede, estendiam-se as bandeiras do Brasil, do Rio Grande do Sul e do município, complementadas pelos pavilhões do Mercosul, do Uruguai e do departamento de Rivera, cidade uruguaia com a qual Santana do Livramento é conurbada. O detalhe extravagante da situação, contudo, ficava por conta de uma enorme cabeça empalhada de javali disposta no centro do plenário, bem em frente à mesa

diretora, com suas presas expostas e próteses semelhantes a bolinhas de gude fazendo às vezes de olhos esbugalhados. O troféu de caça inspirava qualquer coisa de sacrificial. Com a sua bocarra aberta, expunha longas e ameaçadoras presas, como se estivesse pronto para desferir um ataque violento. A se julgar pela sua parte remanescente, o animal inteiro deveria ter dimensões nada desprezíveis, algo entre 150 e 200 quilos, no mínimo.

Tão logo iniciou a sessão, o presidente da Câmara ofereceu um breve panorama sobre a questão, que classificou como “muito importante e delicada”. Após a manifestação de representantes da OAB, do executivo municipal, da Brigada Militar e do 7º Regimento de Cavalaria Mecanizada do Exército, estabelecido na cidade para guarnecer a fronteira, tomou a palavra o presidente da Associação Rural de Livramento, apresentado pelo chefe do legislativo como o “representante das maiores vítimas do javali”. Isto porque, de acordo com a sua fala, a presença dos suídeos ferais nos campos do sul estaria produzindo não apenas problemas econômicos e financeiros, mas também ambientais e sociais de grande impacto para os modos de vida da região. Chamando os órgãos públicos à sua responsabilidade, o presidente da Associação Rural afirmou que o “produtor não se omite de fazer a sua parte”, mas que, para conseguir controlar a praga seria preciso contar com os “poderes constituídos, municipais, estaduais e federais”.

Na sequência, vários produtores rurais, todos eles ovinocultores, fizeram eco às queixas do presidente, trazendo à tona seus próprios relatos de prejuízos envolvendo a ação depredatória dos javalis. Um destes ovinocultores, sediado na divisa municipal entre Santana do Livramento e Rosário do Sul, alegou que, somente no ano de 2013, os suídeos ferais haviam exterminado vinte mil cordeiros, mil ovelhas, cem terneiros, vinte bovinos adultos e três cavalos na região, conforme “denúncia de vários produtores que procuraram o sindicato rural”. Ademais, teriam sido identificadas “devastações em plantações de subsistência familiar, ataques a agricultores e até óbitos”. Por consequência, estaria em curso “um problema socioeconômico gravíssimo”, visto que a predação de cordeiros estaria anulando o efeito de programas governamentais destinados à promoção da ovinocultura na Campanha gaúcha, como o PRONAF, do governo federal, e o Mais Ovinos no Campo, de escopo estadual. Segundo o pecuarista, todas estas informações teriam sido encaminhadas, em carta de seu próprio punho, à presidenta Dilma Rousseff, cujo gabinete teria reagido com uma resposta gentil, mas demasiadamente protocolar.

O produtor que lhe sucedeu no microfone aproveitou a deixa e salientou que não apenas a subsistência dos pequenos criadores estaria sendo ameaçada, mas também a própria “cultura gaúcha”, pois “do jeito que vai a coisa, eu não sei se de repente nós ainda teremos, em algumas décadas, o ovino na fotografia”. Em seu prognóstico, afirmou que a predação de ovinos seria apenas a “ponta do iceberg” do problema, uma vez que os javalis atacariam a pecuária bovina quando se esgotassem os cordeiros, a frente agrícola quando se esgotassem os terneiros e assim por diante, até que os animais comesçassem a adentrar nas cidades, revirar o lixo e atacar sistematicamente os seres humanos². Destarte, alguma providência deveria ser tomada imediatamente, pois o problema

² De fato, o aumento recente no número de javalis em alguns países europeus, como a Alemanha, tem levado autoridades municipais a se consternarem com a presença de suínos selvagens no meio urbano. Em 2009, calculava-se uma população de 10 mil javalis circulando em plena cidade de Berlim, conforme o departamento de caça da capital alemã (chama a atenção, inclusive, que uma metrópole plenamente urbanizada, como Berlim, tenha um departamento de caça). Segundo o responsável pelo órgão, teriam sido abatidos 3 mil destes animais em 2008, sendo que 500 em pleno centro da cidade (Correa 2009).

seria demasiadamente sério para ser empurrado com a barriga e - o mais importante - ignorado pelas autoridades competentes como um problema real.

Assim, foi graças ao adjetivo “real” (várias vezes empregado pelos ovinocultores na audiência) que eu pude compreender melhor a função da cabeça de javali exposta no centro do plenário. Em linhas gerais, era preciso convencer a comunidade e os órgãos do Estado de que se tratava de uma questão de fato, uma *questão real*, o que ganhou dramaticidade quando outro pecuarista apontou para os restos mortais do odioso animal dizendo: “esse bichinho que tá aí matou setenta cordeiros e cinco ovelhas. Levamos cinco dias pra poder matar ele. Mas fizemos a justiça, que nada mais é que uma contrapartida”. A cabeça do animal, portanto, era um índice da veracidade do relato, contrariamente às alegações de que os javalis não passavam de *trova*, isto é, uma história fantasiosa dos criadores de ovelhas.

O principal alvo de indignação dos ovinocultores era a inspetoria veterinária local, vinculada à Secretaria Estadual da Agricultura. Em suas falas, os representantes deste órgão deram a entender que os óbitos de ovelhas e cordeiros não estavam sendo adequadamente comunicados pelos criadores, de modo que, do ponto de vista estatístico, o plantel de ovinos do município permanecia o mesmo dos anos anteriores, sem maiores alterações. Para os criadores, entretanto, estas falas continham uma dimensão de insulto moral, pois abriam margem para se duvidar da veracidade das suas histórias sobre javalis. Pior ainda, as alegações da inspetoria veterinária davam a entender que o javali poderia ser uma desculpa dos criadores para possíveis negligências suas em relação ao órgão ou desleixo em relação aos seus animais, que estariam sendo vitimados por razões outras que não a ação predatória dos suídeos ferais.

No cerne da controvérsia entre uns e outros, figurava o ato de assinalação, isto é, a marcação dos cordeiros logo após o nascimento com a insígnia da propriedade (corte na orelha, brinco, tatuagem, etc.). Normalmente, este procedimento ocorre algumas semanas depois da parição, e é a partir dele que os produtores encaminham sua contagem de animais para a inspetoria veterinária. O argumento dos ovinocultores era o de que a ação predatória dos javalis ocorreria justamente durante este limbo estatístico, enviesando a percepção da realidade por parte dos órgãos competentes. Desta maneira, impunha-se um conflito entre o apetite do Estado por números oficiais – *input* necessário para sua mobilização e a efetuação de políticas públicas – e o drama cotidiano dos produtores rurais, atestado mais por relatos concretos e vivenciais do que por relatórios e planilhas estatísticas.

Assim, a cabeça de javali no centro do plenário servia para avaliar materialmente as alegações dos criadores. Era como se ela evidenciasse que o problema não só era real como também temível e assustador, pois a bocarra aberta do animal, assim mantida pela técnica taxidérmica, dava uma ideia bastante concreta do que era deparar-se em campo aberto com aquela fera, sobretudo se a vítima da sua voracidade fosse um cordeiro recém-nascido ou de uma ovelha prostrada após o parto. O que representavam números frente aquele tipo de prova crucial? Verdadeira prova da presença do mal, a cabeça estava exposta ao escrutínio público, para todos aqueles que duvidassem da sua existência.

Os javalis e o Pampa – Breve contexto

Mas de onde vieram estes javalis que assolam o Pampa? Em primeiro lugar, é importante lembrar que o *Sus scrofa scrofa*, ou javali europeu, é considerado uma das cem piores espécies exóticas invasoras do mundo (Lowe, Browne, Boudjelas & Poorter 2004), colecionando inimizades por onde passa. De maneira geral, são considerados exóticos e invasores aqueles organismos que “introduzidos fora da sua área de distribuição natural, ameaçam ecossistemas, habitats ou outras espécies” (Brasil 2006: 5)³. Para as Nações Unidas, esta é a segunda maior ameaça à biodiversidade depois da destruição dos habitats naturais. Especificamente em relação ao javali, a lista de prejuízos ambientais e socioeconômicos é longa, o que envolve danos como a destruição de lavouras, a predação e extinção de espécies autóctones, ataques à produção animal, transmissão de zoonoses aos animais domésticos, e até mesmo a morte de seres humanos (Debert & Scherer 2007).

No Brasil, após duas décadas de pressão política e institucional, o controle da espécie ganhou fôlego com a promulgação da Instrução Normativa (IN) 03 de 31/01/2013 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que decreta a nocividade do javali europeu e seus híbridos e dispõe sobre o seu manejo em todo o território nacional, por tempo indeterminado (Brasil 2013). Do ponto de vista prático, esta IN liberou o abate e o controle populacional do *Sus scrofa* através de meios cinegéticos, tornando-o, por assim dizer, “matável”. Com isso, o animal deixou uma zona de indiscernibilidade legal que até então o protegia, pois acabava sendo computado como fauna selvagem e, portanto, garantido contra a caça⁴.

As primeiras introduções de javalis no Pampa remontam ao início do século XX, quando os primeiros espécimes foram trazidos aos países platinos para fins cinegéticos. Debert & Scherer (2007) mencionam casos de introdução na província argentina de La Pampa entre 1904 e 1906, ao passo que Lombardi, Berrini, Achaval & Wayson (2007) resgatam o caso do aristocrata Aarón Anchorena, cuja estância homônima, no departamento uruguaio de Colônia, serviu de vetor para a introdução de várias espécies exóticas na pradaria sulina, como o cervo axis [*Axis axis*] e o próprio javali europeu. Durante o último século, o *Sus scrofa scrofa* prosperou na República Oriental, tendo sido declarado praga nacional em 1982 (Uruguay 1982) e listado entre as espécies de livre caça em 1996 (Uruguay 1996). Uma vez em liberdade, os animais introduzidos cruzaram com os espécimes asselvajados de antigos porcos ibéricos trazidos por espanhóis e portugueses durante a época colonial, bem como com contingentes de porcos domésticos criados soltos (Lombardi, Berrini, Achaval & Wayson 2007).

³ Na biologia, não há consenso sobre a maneira mais precisa de se definir o fenômeno. Valéry, Fritz, Lefeuvre & Simberloff (2008) destacam que há uma controvérsia entre dois critérios principais para se definir um processo de invasão biológica: um critério biogeográfico – que exige, para um organismo ser considerado invasor, a transposição de uma grande barreira geográfica (superior a 100 km) – e um critério ecológico, ou de impacto – baseado na evidência de fortes transformações na comunidade original. Já Colautti & McIsaac (2004), demonstram preocupação com a proliferação de associações emotivas e xenófobas envolvendo a linguagem da invasão biológica, sugerindo a formulação de uma terminologia “neutra”. Blackburn, Pysek, Bacher, Carlton, Duncan, Jarosik, Wilson & Richardson (2011), por fim, acreditam ser necessária a adoção de um *framework* unificado para a descrição do fenômeno, reduzindo a proliferação de termos particulares (invasão, não-indígena, não-autóctone, etc.).

⁴ No Rio Grande do Sul, a caça ao javali já havia sido objeto de permissão legal, através da IN número 71 de 04/08/2005 do IBAMA. Essa autorização, contudo, foi revogada pela IN número 8 de 17/08/2010, que permaneceu em vigência até 2013. Movimentos de defesa dos direitos animais do centro do país tiveram um papel importante na revogação desta primeira autorização.

A região de Santana do Livramento, devido ao seu trecho de fronteira seca com o Uruguai, foi possivelmente um dos primeiros vetores de expansão do javali sobre o Brasil. Embora não haja consenso sobre como os animais ingressaram em território brasileiro, se aceita que o processo teria sido catalisado por uma combinação entre migração espontânea, contrabando e criação comercial ilegal (Debert & Scherer 2007), apesar das restrições atualmente em vigor sobre este último ponto⁵. E, ao contrário de outras regiões do Brasil afetadas pelo javali, nas quais predominam os danos à lavoura, a fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul convive com o problema *sui generis* da predação de cordeiros, especialmente na Área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã e suas adjacências.

Administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), esta é a única unidade de conservação federal do bioma Pampa. Mesmo correspondendo a pouco mais de 2% do território nacional, o Pampa – também chamado de Campanha ou campos sulinos⁶ – é uma paisagem de profunda significância para identidade cultural do extremo-sul, dado seu histórico de ocupação pastoril e conflitos fronteiriços (Freitas 1980; Pesavento 1994; Da Ros 2012; Farinatti 2007, 2010). O Pampa é um bioma profundamente alterado pela pecuária extensiva e a introdução de ruminantes eurásianos, que desde o século XVI alteraram de maneira decisiva sua fisionomia (Crosby 2011). Possuindo mais de 750 mil quilômetros quadrados, distribuídos entre três países, os atributos do pampa contribuíram para a constituição de um modo de vida bastante particular, cujos elementos transcendem as fronteiras políticas e forjam uma espécie de identidade cultural transnacional entre o extremo-sul do Brasil, o centro-leste da Argentina e o Uruguai. Em muitos aspectos, as comunidades fronteiriças do Pampa estão mais ligadas e possuem mais similaridades entre si do que com os centros de poder dos seus respectivos países.

No interior da APA do Ibirapuitã, as espécies de criação trazidas pelos colonizadores europeus, como bovinos, ovinos e equinos, coabitam com animais emblemáticos da fauna nativa do Pampa, como o quero-quero [*Vanellus chilensis*], a ema [*Rhea americana*], as capivaras [*Hydrochoerus hydrochaeris*, localmente chamadas de *capinchos*] e o tatu-mulita [*Dasypus hybridus*]. Todos estes animais nativos se veem de alguma maneira afetados pela ação dos javalis, seja através da competição por recursos naturais, seja através da sua ação predatória (especialmente sentida pelos quero-queros e pelas emas, que são aves que nidificam junto ao solo).

Por ser uma unidade de conservação de uso sustentável, a APA do Ibirapuitã conta com um grande número de propriedades no seu interior, dedicadas de ordinário à pecuária tradicional. Características geológicas do seu terreno⁷ fazem dela um local bastante propício à ovinocultura,

⁵ A criação de javalis não é proibida no Brasil. Contudo, incide sobre ela uma série de restrições legais e sanitárias, referentes à criação de fauna exótica para fins comerciais (Brasil 1998). A IN 03/2013 recrudescerá ainda mais o controle sobre esta atividade, devido aos riscos representados pela criação particular para a dispersão da espécie.

⁶ É importante destacar que esta última denominação não se restringe apenas aos campos naturais do bioma Pampa, mas também é empregado para se referir aos ecossistemas campestres da região norte do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (ou *campos de cima da serra*), associados às matas de araucária. Pillar & Vélez (2010: 84) definem os campos sulinos como “ecossistemas típicos da região sul do Brasil [que] se desenvolvem sob clima temperado e úmido, com chuvas bem distribuídas ao longo do ano”.

⁷ O solo da APA do Ibirapuitã é predominantemente basáltico, própria da unidade geomorfológica conhecida como “Cuesta de Haedo” (Suertegaray & Fujimoto 2012). Nela, predomina uma cobertura de campos limpos sobre solos rasos, entremeados de matas de encosta e galeria. Na sua porção leste, a composição do solo é sedimentar e arenosa, com uma cobertura de gramíneas associada à mata de galeria ao longo dos rios e cursos d’água. Estas duas unidades morfológicas são referidas emicamente como “o basalto” e “as areias”.

o que explica a grande população destes animais em seu interior, em contraste com a pouca vigência de atividade agrícola. Para os javalis, a presença de vastas manchas de vegetação arbustiva e arbórea oferece abrigo e proteção, ao passo que a ausência de fartura forrageira fornecida pela grande lavoura é compensada pela proteína oriunda dos cordeiros e outras presas animais.

Desde 2011, quando começaram os primeiros relatos de predação de cordeiros e avistamentos de javalis, a situação vem sendo monitorada pelos dois técnicos que administram a APA do Ibirapuitã, chamados Eridiane e Raul. Através do *Google Earth*, os dois profissionais conseguem ter uma visão panorâmica da vasta área de proteção ambiental sob sua administração, cujas dimensões ultrapassam os trezentos mil hectares. Com auxílio de um extenso menu de filtros e marcadores, conseguem sobrepor à imagem de satélite vários outros dados importantes, como os limites municipais que cruzam a APA, os limites da própria área de conservação, assim como os pontos de avistamento de javalis que vem se acumulando desde 2008, para não falar das sedes das propriedades rurais, as estradas e caminhos que cruzam a região, etc.

O fato de serem apenas dois técnicos para uma área de mais de trezentos mil hectares enseja desafios. É condição *sine qua non* do trabalho de Eridiane e Raul um profundo engajamento comunitário, o que exige de ambos o desenvolvimento de habilidades bastante específicas. Como todo gestor ambiental, Raul e Eridiane operam como tradutores culturais entre as categorias jurídicas e ambientais de Estado, de um lado, e as percepções nativas do ambiente, de outro, o que incide decisivamente sobre o sucesso de suas estratégias de manejo do javali. Junto aos ovinocultores, os dois técnicos têm procurado desenvolver estratégias comuns de controle do animal, o que se dá num eixo técnico, através da disseminação de dispositivos cinegéticos adequados ao objetivo de controle populacional, e num eixo pedagógico, através de políticas de esclarecimento sobre a nocividade da espécie, sua etologia e ecologia, principalmente no sentido de coibir a hibridização de porcos asselvajados com porcos domésticos. O cruzamento entre uns e outros produz o chamado “javaporco”, animal de estatuto ontológico incerto que habita uma encruzilhada entre o selvagem e o domesticado. Retornarei a este ponto mais adiante.

Em relação aos dispositivos cinegéticos de controle do javali, destaca-se a formação de uma rede de apoiadores que conta com o auxílio de produtores rurais, abatedores e outros órgãos estatais, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Cabe ressaltar aqui que do outro lado da fronteira seca, no Uruguai, vigora uma cultura venatória bem estabelecida, e que conta, inclusive, com a realização de festivais anuais de caça ao javali. Entre os caçadores do país vizinho, é bastante comum uma modalidade cinegética denominada *a perro y cuchillo*. Neste tipo de faina cinegética, matilhas de cães treinados encurralam grandes javalis nas áreas arbustivas, o que muitas vezes resulta em ferozes enfrentamentos entre uns e outros. Avançando a cavalo, de carro ou a pé, os caçadores se aproximam e desferem golpes de lança ou faca no dorso ou no pescoço do javali, numa experiência cinegética cujo “projeto” (Marvin 2010) é um verdadeiro combate de vida e morte com o animal⁸.

⁸ Marvin (2010) emprega as categorias de *projeto* e *processo* para se referir às duas dimensões envolvidas na prática venatória. A dimensão do projeto responde a pergunta de *por que* se caça, ao passo que a dimensão do processo responde a questão de *como* se caça. Especialmente em relação à caça moderna, exercida em sociedades ocidentais, o autor alega existir um déficit analítico e etnográfico sobre a dimensão do *processo*, bem como uma tendência à redução utilitária da dimensão do *projeto*.

Embora alguns caçadores brasileiros adotem este tipo de busca ativa, o método preconizado pelos gestores ambientais é outro, baseado na cevagem (armadilhas alimentares) e na construção de jaulas ou *encerras*. Além de apresentar vantagens técnicas do ponto de vista do controle populacional, por permitir a captura simultânea de grandes grupos de animais, creio que este método é útil para os gestores da APA por implicar num envolvimento maior com os produtores rurais, em um processo ao longo do qual também opera o seu trabalho pedagógico⁹. Para ilustrar melhor como isto funciona, cito a seguir um exemplo etnográfico.

Vivendo com suídeos ferais – Dispositivos de captura e suas circunstâncias

Dois dias depois da audiência pública sobre a praga do javali, acompanhei Raul em uma de suas saídas de campo, realizada numa estância relativamente distante do centro urbano de Santana do Livramento, nas proximidades da serra do Caverá. Durante o trajeto, trilhado em meio a estradas vicinais de chão batido, Raul, o criador de ovelhas e eu dialogávamos sobre uma série de assuntos relativos à lida no campo e o problema dos javalis; diálogo este entrecortado por uma série de hipóteses sobre a procedência dos animais e a melhor forma de controlá-los. O criador chamava-se Alexandre e tocava com o irmão, Olímpio, uma estância especializada em Merino Australiano, raça de grande valor para a cadeia da lã. Durante o trajeto, Alexandre também aproveitou para questionar Raul sobre uma série de questões legais e administrativas envolvendo a gestão das propriedades rurais do interior da APA, o que se deu num registro bastante coloquial. De fato, Alexandre reportava-se a Raul não tanto como fiscal do ICMBio, mas principalmente como pessoa de sua confiança, inscrita num conjunto de coordenadas familiares e sociais.

Ao passarmos por um matagal contíguo à estrada, Alexandre disse que ali havia um marco de pedra da sua família, muito antigo, o que me interessou. Paramos o carro, descemos, e fomos até o ponto designado, mas não sem antes trocarmos algumas palavras com os homens que vinham no sentido contrário. Tratava-se de outro pecuarista da região e um veterinário, os quais foram questionados por Raul sobre a presença de javalis em suas propriedades. Tirei duas fotos de Alexandre junto ao marco da sua família, que ali se encontrava desde o tempo do seu bisavô. O objeto não era mais que uma pedra mais ou menos triangular, coberta de musgo, ao qual passaríamos totalmente indiferente se não fosse pelo emblema gravado na sua lateral (uma pata de galinha estilizada). Na esteira de algumas considerações sobre a ocupação fundiária daquela zona, Alexandre aproveitou para nos mostrar um “dossiê javali” que havia preparado para a audiência pública, isto é, um pequeno compêndio, organizado por ele próprio, com todos os tipos penais que julgara imputáveis ao suídeo feral. Entre eles, chamou-me a atenção o delito de “ocultação de cadáver”, justificado pelo fato do animal deixar poucos rastros da sua atividade predatória (esta furtividade dos javalis é comparada por muitos criadores da região ao comportamento ladrão de gado ou abigeatário, ponto que desenvolverei em pormenor mais adiante).

Ao chegarmos à estância, fomos recepcionados com um almoço preparado pela cozinheira, que dividimos com um funcionário da fazenda chamado Eli. Após a refeição, saímos os quatro a campo, com Eli montado a cavalo, Alexandre de motocicleta, Raul e eu dividindo um quadriciclo.

⁹ Evidentemente, a estratégia de captura está condicionada às características do cenário onde ocorrerão os abates. Assim, em zonas de lavoura de sorgo, por exemplo, onde há grande abundância de alimento para os javalis, as armadilhas alimentares (cevas) tendem a não funcionar, demandando a modalidade de busca ativa.

A primeira parada se deu numa pequena mancha de campo em meio a vários caponetes, não muito distante da sede, onde algumas carcaças de ovelhas mortas sugeriam a presença do javali. O pasto estava muito revirado, atestando a atividade recente de animais fuçadores. Para Raul, tratava-se de uma vara inteira de porcos, com vários leitões. Decidiu-se então que ali seria um bom sítio para montar algumas cevas, de modo a acostumar os porcos ferais com aquele lugar. Enquanto Alexandre retornava à sede para buscar o milho, que abasteceria as cevas, Raul e eu avançamos para longe dos outros dois homens, desta vez a pé.

Próximo a um açude, encontramos pegadas de vários animais: javalis, ovelhas, veados, cachorros, cavalos. O estado de conservação das pegadas indicava há quanto tempo haviam sido feitas. Já o seu tamanho, indicava o porte do animal. Ao retornarmos ao ponto de origem, encontramos Eli e Alexandre montando uma ceva junto à carcaça de um ovino morto. Havia restos de lã espalhados por todo lado. Sobre estes restos, os dois homens depositavam uma grande quantidade de milho, de modo a atrair o olfato dos suídeos asselvajados. Logo depois, partimos em nossos veículos para outra área de estância, na qual os indícios de javalis eram ainda mais ostensivos: era identificável uma grande trilha de terra pisoteada contígua à cerca, que conduzia a uma área de vegetação nativa possivelmente habitada pelos porcos ferais. As pegadas e trilhas deixadas pelos animais eram muito recentes, de maneira que Raul ponderou se tratar de um local adequado para a montagem de uma jaula-curral, tendo em vista uma operação de abate de maior envergadura.

Todos os aparatos de captura deveriam ser montados com paciência, discretamente, para não despertar a desconfiança dos animais. Igualmente, Raul recomendou que não se abatesse os bichos no primeiro avistamento. Era preciso, antes de tudo, “estudar o javali”, isto é, registrar os horários aproximados de entrada e saída dos mesmos, compreender seus hábitos de forrageio e sua lógica de deslocamento pelo campo. Para que a estratégia funcionasse, era preciso que os porcos ganhassem familiaridade com os novos elementos da paisagem, não os estranhassem, de modo que um bom número de indivíduos pudesse ser abatido no momento certo.

Meses depois, a estância já contava com uma jaula muito bem construída e um bom número de abates realizados, tornando-se uma das principais vitrines do método preconizado pelos técnicos do ICMBio. Sob a supervisão de Raul, os peões e o proprietário de uma estância próxima já haviam erguido sua própria jaula de captura de javalis, tendo abatido nove animais entre javalis e javaporcos. Da mesma forma, a jaula da estância de Alexandre foi sendo complexificada ao longo do tempo, com a instalação de uma armadilha fotográfica cedida pela Embrapa. Através deste equipamento, os técnicos do ICMBio puderam estudar melhor os hábitos de forrageio e as movimentações noturnas do javali, bem como avaliar a eficácia relativa da jaula-curral. Para os ovinocultores, os flagrantes fotográficos dos suínos ferais serviram para consolidar ainda mais o problema como uma questão real, balizada agora por evidências inequívocas. Em seu perfil no *Facebook*, Alexandre compartilhou vários vídeos da armadilha fotográfica, ressaltando as vantagens do método preconizado pelo ICMBio.

Entretanto, um dos pontos mais interessantes a se destacar deste processo é como indivíduos até então acostumados com outro tipo de lida humano-animal (pecuária bovina e ovina, acima de tudo) foram progressivamente se tornando manejadores de porcos selvagens, devido à emergência

deste novo fato ecológico. A presença de javalis nos campos do sul altera a *taskscape*¹⁰ (Ingold 2000) fronteira de distintas maneiras, a começar pelos novos engajamentos perceptuais requeridos em campo. Segundo alguns ovinocultores, a possibilidade de se deparar com um suídeo feral tem introduzido um elemento de risco anteriormente inexistente às *campereadas*¹¹, de modo que muitos peões têm preferido evitar os deslocamentos à noite ou na primeira hora da manhã, quando as chances de se deparar com javalis são maiores. Jaulas, cevas e outros aparatos de captura são elementos novos na mobília da paisagem, o que fomenta o desenvolvimento de uma “educação da atenção” (Ingold 2000) destinada à construção e à manutenção destes dispositivos e objetos.

Por outro lado, é importante destacar que a caça não é uma novidade absoluta para os habitantes da Campanha. Perseguir e abater animais selvagens sempre fez parte das lidas nas estâncias, seja no sentido de proteção dos rebanhos contra pequenos predadores, como graxains [*Pseudolopex gymnocerus*] e cães asselvajados, seja para fins alimentares, como bem atesta o apetite pampeano pela “carne de capincho”. Caudas de tatu, garras e plumas de ema são utilizados na confecção de uma série de objetos da cultura material campeira, como talheres, espanadores, facas e instrumentos musicais. Há uma certa relação de continuidade, portanto, entre os repertórios técnicos mais tradicionais da população local e os novos engajamentos ambientais proporcionados pelo javali: *mangueiras*¹² e cercas pré-existentes são transformadas em jaulas-currais; redes de pesca são usadas para revestir as armadilhas; cevas são montadas nos coxos das ovelhas; entre outros exemplos de improvisação técnica e bricolagem operacional.

Nesta mesma lógica, alguns criadores também relatam que os próprios animais teriam se adaptado às novas circunstâncias, cada qual à sua maneira. Para José Luiz, um pecuarista muito consternado com a perda de cordeiros, este tipo de mudança comportamental seria prova da “inteligência dos animais”. Na conversa que tivemos, contou ter instalado cercas elétricas na sua propriedade para afastar os javalis das ovelhas. Com o tempo, o método não teria se mostrado muito eficaz, pois a predação teria continuado. Por outro lado, relatou que, desde a instalação das cercas, as aves que nidificam junto ao solo teriam começado a colocar seus ninhos dentro dos poteiros de choque, como se percebessem que nos campos localizados para além da cerca seus ovos estivessem mais seguros. Conforme ponderou Eridiane, muitas gerações de aves seriam necessárias para que esta adaptação se sedimentasse desde um ponto de vista etológico. No entanto, o que chama atenção aqui é que o pecuarista tem estabelecido relações ecológicas de causa e efeito a partir das mudanças percebidas na sua lida cotidiana, isto é, desde a sua *implicação no ambiente*, levando em conta as mudanças que percebe na paisagem e no comportamento dos animais.

¹⁰ Ingold (2000) utiliza o conceito de *taskscape* para se referir à coordenação de engajamentos perceptuais, sensório-motores e metabólicos dos organismos que coabitam um determinado ambiente. Trata-se de um jogo de palavras destinado a tensionar o significado antropológico do conceito de paisagem, ou *landscape*, em inglês. Ao empregar a palavra *task* (tarefa, trabalho), Ingold visa recuperar o aspecto temporal e mutável da paisagem, enquanto algo coproduzido.

¹¹ No vernáculo pampeano e fronteiro, as lidas do peão no campo; a busca pelo gado, normalmente à cavalo. Conforme Ingold (1980), o uso do cavalo (ou de qualquer outro aparato que aumente a mobilidade do trabalho de arrear, como o *snowmobil* entre os Skolts da Lapônia) é característico dos sistemas definidos como *ranching*, isto é, em que incidem relações de propriedade tanto sobre os animais quanto sobre a terra utilizada. O acoplamento homem-cavalo nas lidas com o gado se repete em outras fronteiras pastoris da América Latina, como bem salientam Baretta & Markoff (1978).

¹² Grande curral de pedra ou madeira onde ocorre parte do trabalho com os animais (marcação, castração, etc).

Estas considerações remetem às ideias de Gibson (1979), Reed (1988) e Ingold (2000) sobre o caráter perceptual e comunicativo do ambiente compartilhado, numa espécie de jogo sensorio-motor em que os seres animados percebem não somente o ambiente em que vivem, mas também as percepções dos demais organismos que o habitam, condicionando, portanto, o curso de sua ação. Como bem salienta Sautchuk (2007: 85), esta perspectiva enseja uma concepção diferenciada de ecologia, “onde o fator propriamente ecológico está dado no comportamento dos seres (humanos e não humanos) uns face aos outros”, para além de uma ecologia reducionista das trocas energéticas.

Creio ser importante pontuar este aspecto porque a maior parte da literatura produzida nas ciências sociais sobre invasão biológica tem se dedicado a problematizar o modo de *representar* o fenômeno, enfatizando, criticamente, a proliferação de metáforas militares e potencialmente xenófobas (Peretti 1998; Tsing 1995; Sagoff 1999; Subramaniam 2001; Comaroff & Comaroff 2001; Larsson 2005). Embora seja uma questão de grande importância, este foco na *representação* da invasão biológica contrasta com um déficit de trabalhos que analisem a invasão biológica desde o ponto de vista da *interação*, isto é, de como as populações afetadas convivem com estes organismos; de como se dá emergência de dispositivos para controlá-los ou manejá-los; e, acima de tudo, de como sua presença altera engajamentos ambientais previamente constituídos.

A presença do javali no Pampa é uma instância empírica bastante oportuna para ser analisada através desta perspectiva, principalmente por se tratar de um animal cuja interação com o homem é muito antiga (Albarella, Dobney, Eryvnyck & Rowley-Conwy 2007) e foco de inúmeras controvérsias na própria história da antropologia. Basta recordar aqui da discussão entre Mary Douglas (2013 [1966]) e Marvin Harris (2013 [1985]) sobre a origem dos tabus alimentares, que têm no porco um elemento organizador central. De fato, porcos domésticos e javalis são variações históricas de uma mesma espécie, o *Sus Scrofa*, separadas por alguns milênios de seleção artificial. Esta é uma condição ontológica instável, que permite o aparecimento de híbridos férteis ou “javaporcos”.

Além disso, sabe-se que porcos domésticos apresentam alto risco de feralização ou asselvajamento, o que pode ocorrer num intervalo de pouquíssimas gerações (Albarella, Dobney, Eryvnyck & Rowley-Conwy 2007). Um eloquente exemplo desta dinâmica é o porco monteiro do Pantanal, provavelmente fruto do asselvajamento de suínos domésticos durante e após os devastadores eventos da Guerra do Paraguai (1865-1870) (Desbiez, Keurohlian, Piovezan & Bodmer 2011). O porco é um operador problemático da distinção selvagem/domesticado, o que reverbera inequivocamente sobre a distinção natureza/cultura. Bem por isso, creio que o exemplo empírico trabalhado aqui serve para pensar e sopesar o conceito antropológico de domesticação, sobre o qual me debruçarei a seguir.

O devir-javali do porco doméstico – Administrando a feralidade potencial de suínos dóceis

Durante a audiência pública sobre a “praga do javali”, a questão dos porcos criados soltos foi evocada seguidas vezes, convertendo-se num dos principais temas de discussão da reunião. Alguns vereadores, no afã de dar uma resposta política aos descontentamentos do setor rural, chegaram a sugerir a aprovação de uma lei municipal que proibisse a prática, obrigando os criadores de porcos a confinarem seus animais. Esta medida, no entanto, poderia prejudicar a subsistência

dos pequenos proprietários, pois muitos deles não teriam condições de tecnificar sua produção. Em momentos posteriores da etnografia, esta questão voltou à tona, como durante uma conversa que participei no escritório do ICMBio com Raul, Eridiane e uma epidemiologista da divisão de suínos e aves da Embrapa.

Neste diálogo, estavam sendo discutidos os detalhes de uma saída a campo que ocorreria nos dias seguintes, condicionada, como qualquer deslocamento no interior da APA, às condições de trafegabilidade das estradas rurais. Chovia muito naquela semana, o que poderia deixar as estradas sem “passo”. O objetivo desta saída era a realização de exames de sanidade em porcos ferais abatidos e a instalação de um colar telemétrico em um dos animais, de modo a acompanhar, por rádio, suas movimentações no interior da unidade de conservação. Além da condição das estradas, a expedição estava condicionada à sorte cinegética dos abatedores. Em outras palavras, era preciso que um bom número de indivíduos adentrasse a jaula construída para capturá-los; caso contrário, o plano alternativo era o de instalar o colar telemétrico em uma fêmea previamente capturada e liberá-la de novo na natureza.

A menção a esta fêmea encaminhou o assunto para a questão dos cruzamentos entre porcos domésticos e porcos ferais. Eridiane brincou que, em suas investidas, o javali chegaria prometendo “um mundo de liberdade e aventuras” para a porca doméstica, galanteando-a. A técnica da Embrapa complementou no mesmo espírito jocoso, afirmando que “pior ainda é quando o dono da porca deixa isso acontecer, porque quer ver os filhotes todos rajadinhos”. Piadas à parte, estas alusões antropomórficas revelam um aspecto crucial da questão dos javalis. Qual seja: os cruzamentos, humanamente induzidos, entre porcos domésticos e porcos ferais, baseados na concepção de que o “sangue” selvagem dos javalis tornaria os leitões mais fortes e robustos. Isto fomenta um tipo de prática criatória que os gestores ambientais e sanitários visam coibir.

A Embrapa tem monitorado com atenção o comércio genético e zoonótico entre ambas as linhagens do *Sus scrofa*¹³. Este monitoramento é coordenado pela própria Virgínia, através de um projeto de estruturação da vigilância epidemiológica de suídeos asselvajados em toda zona livre de peste suína clássica do Brasil. Geograficamente, isto corresponde a todo território nacional ao sul de Tocantins. De acordo com Virgínia, a colaboração entre a Embrapa e a APA do Ibirapuitã partiria de diversos fatores, dentre os quais o bom nível de estruturação da rede local de manejo do javali, o fato de se tratar de uma fronteira seca (permeável, portanto, a um grande número de trocas biológicas), e, não menos importante, a recorrência dos episódios de predação, o que apontaria para uma interação regular entre animais domésticos, de situação sanitária controlada, e porcos ferais de status zoonótico incerto e desconhecido.

Segundo seu depoimento, foi somente depois da IN 03/2013 do IBAMA que os órgãos do Estado conseguiram “botar a mão nesse bicho”. Mais do que isso, o documento teria proporcionado as condições jurídicas necessárias para que houvesse um acordo entre órgãos e atores até então isolados e engessados em suas próprias prerrogativas, principalmente os da área sanitária e ambiental. De fato, como reconhecem Oliveira & Machado (2009), impera uma grande confusão jurídica sobre a invasão biológica no Brasil, marcada pela sobreposição de responsabilidades entre

¹³ Uma destas divisões era a Embrapa - Pantanal, cuja expertise com a fauna silvestre é de fundamental importância para o projeto. A instalação do colar telemétrico anteriormente referido seria operado por um técnico desta divisão, por exemplo.

órgãos estatais e níveis de governo diferentes. Ao fim e ao cabo, esta confusão legal acaba sendo maximizada no caso do *Sus scrofa*, já que não está claro para ninguém qual o estatuto jurídico e ontológico do javaporco.

Em seu texto, a IN 03/2013 refere-se ao “javali europeu [*Sus scrofa*], em todas as suas formas, linhagens, raças e diferentes graus de cruzamento com o porco doméstico” (Brasil 2013: 88), o que abrange um amplo espectro populacional. Outro documento do IBAMA, a Portaria 102 de 15/07/1998, que normatiza os criadores comerciais de fauna exótica, cita apenas o javali europeu “e seus híbridos existentes”, empregando o táxon *Sus scrofa scrofa* (Brasil 1998). Além destas dificuldades taxonômicas (*Sus scrofa* ou *Sus scrofa scrofa?*), há também outras complicações jurídicas: se está claro que os animais domésticos estão sob a jurisdição dos órgãos agropecuários, e os animais selvagens, dos órgãos ambientais, a quem caberia regular populações de animais *asselvajados*, isto é, que passaram por um processo de feralização?

O fenômeno da feralização - ou *marronagem* - é um elemento crucial para o tensionamento teórico e etnográfico do conceito de domesticação. Segundo Digard (1995, 2012), o fato de muitos animais retornarem à vida selvagem depõe contra o conceito mais comum de domesticação como um processo já concluído, restrito às “primeiras domesticações” tão caras a alguns arqueólogos, zoólogos e biogeógrafos. Em geral, computar-se-iam nesta lista restritiva aquelas espécies que foram objeto da ação humana durante a neolitização, dentre as quais os “big five mammals” arrolados por Diamond (2005: 159) - vaca, ovelha, cabra, porco, cavalo -, mais as galinhas.

Na contramão deste pensamento, Digard (2012: 208) argumenta que a domesticação é um processo contínuo, “entretido dia após dia”, que não se limitaria às “primeiras domesticações” dos manuais. Da mesma maneira, Ingold (1980) e Sigaut (1988) atentam para a equivocidade do conceito de domesticação, que poderia ser fragmentado em pelo menos três níveis, nem sempre coincidentes: um nível *morfológico*, referente ao exercício de seleção artificial [*breeding*] de raças e variedades; um nível *etológico*, referente à familiarização comportamental entre humanos e animais; e, por fim um nível *sociológico* ou *jurídico*, referente à entrada do animal na sociedade humana por meio de relações de posse e propriedade.

Assim considerada, a domesticação apresenta-se como fenômeno instável e multidimensional, visto que as modificações anatômicas, genéticas e comportamentais que ela acarreta não estão para sempre garantidas. Um animal morfológicamente domesticado pode ser etologicamente feral, assim como um animal morfológicamente selvagem pode ser domado e figurar socialmente como posse de uma pessoa ou uma instituição. Em sua história ambiental, o Pampa oferece vários exemplos de feralização e comércio genético entre linhagens domésticas e asselvajadas. O gado *vacum*, vetor de apropriação econômica do território durante a colonização, é fruto do asselvajamento do gado ibérico trazido pelos jesuítas espanhóis entre os séculos XVI e XVII. Em seus primórdios, a atividade pastoril no que é hoje o sul do Rio Grande do Sul se desenvolveu a partir da captura deste gado selvagem, que era comercializado nos postos avançados da colonização europeia.

Bem por isso, não se tratava de um trabalho pecuário em sentido pleno, visto que o gado era muitas vezes mais caçado do que criado. Foi somente no final do século XVIII e início do XIX, com a definição dos tratados fronteiriços, que se estabeleceram as primeiras estâncias de criação bovina, tendo em vista o abastecimento da região mineradora do sudeste brasileiro (Freitas 1980; Pesavento 1994; Da Ros 2012). Com isso, certa “arquitetura de relações” (Anderson 2014), baseada na inserção de limites físicos como cercas de pedra e, posteriormente, aramados, passou

a prevalecer no universo platino, reduzindo a mobilidade pastoril ao mesmo tempo em que reforçava as relações de propriedade e exclusividade sobre a terra e os animais (Baretta & Markoff 1978; Farinatti 2007, 2010). Este ciclo de modernização pecuária se completa com a instalação de plantas frigoríficas e de beneficiamento de lã na Campanha, e com a transformação de algumas estâncias em *cabanhas*, isto é, propriedades especializadas na reprodução de determinadas linhagens bovinas, ovinas e equinas (Pesavento 1994; Da Ros 2012).

No entanto, certos elementos oriundos do período anterior sobreviveram, pois até hoje a doma de equinos e bovinos *xucros* é parte essencial das *lidas campeiras*, atividade constitutiva da identidade cultural pampeana e fronteiriça (Leal 1989; Kosby & Silva 2013). Além de sua eficácia simbólica como operadora entre a natureza e a cultura, a doma pode ser considerada, enquanto modo de engajamento com uma alteridade animal, como sendo tributária de uma causalidade *pessoal*, para além da causalidade *mecânica* preconizada pelo moderno discurso zootécnico (Ingold 1980, 2000). A doma só existe por que os animais são seres intencionais, que resistem e respondem às técnicas de domesticação humanas. Da mesma forma, a caça não é mera coleta de alvos móveis, mas sim um jogo interativo entre captor e presa, o que requer a aquisição de habilidades perceptuais – e *sociais*, diria Ingold (idem) – bastante específicas. Ato contínuo, assim como os animais de criação não representam apenas um objeto para quem lida com eles, tampouco os javalis e seus híbridos são mera mobília inerte da paisagem para quem com eles convive. Ao contrário, eles se apresentam como mais um ente intencional que circula pelos campos, posto ser o Pampa um ambiente vivo, um ambiente animado¹⁴. Do ponto de vista dos criadores de ovelhas, o javali se constitui como uma espécie de adversário nômade, cuja livre circulação lhes prejudica e seria preciso conter.

Como salientam Kosby & Silva (2013: 10), o advento de uma pecuária modernizada no extremo-sul:

[...] esteve diretamente atrelada à transformação desses homens [os peões] de nômades para sedentários ou migrantes. Os peões, os *posteiros*, os *capatazes*, os *caseiros*, dão um primeiro sinal de sedentarização, como empregados de estância, mas ainda estão no campo; já os *esquiladores*, *alambradores*, *changueros*, *tropeiros* e *domadores* têm imanentes aos ofícios a potência de não possuírem padrão fixo, de trabalharem por empreitadas, no campo. Ambas as categorias, no entanto, assentam sua ruína na migração para a cidade, no lamento por ter que abandonar o trabalho e a vida “para fora”.

Não creio que sejam aleatórias, portanto, as diversas analogias existentes na Campanha gaúcha entre os porcos ferais e o ladrão de gado. Assim como os tipos humanos citados pelas autoras acima (*esquiladores*, *changueros*, *tropeiros*, etc.), o abigeatário é um dos aspectos – negativo, no caso – nos quais se encarna o nomadismo do gaúcho no imaginário local. O mesmo pode ser dito do contrabandista, que também habita este imaginário através da ideia de furtividade e borramento de limites fronteiriços (Dorfman 2009). Evidentemente, não se trata aqui do gaúcho enquanto gentílico genérico do Rio Grande do Sul, mas sim do tipo humano conformado através das *lidas*

¹⁴ Neste sentido, é interessante registrar a frequência com que os campeiros se referem ao “trabalho” dos animais. Por exemplo, o trabalho de construtor do joão-de-barro [*Furnarius rufus*] e o uso de “botinas” pelo lobo-guará [*Chrysocyon brachyurus*], em referência à diferença de coloração de suas patas.

campeiras e de uma ação “direta e positiva” (Haudricourt 1962) sobre a animalidade, entre o selvagem e o doméstico. O *campeiro*, portanto. Este homem pampeano sempre habitou uma condição limítrofe, seja em seu trabalho cotidiano em relação aos animais, seja no seu emprego enquanto sentinela da fronteira, mobilizado ao mesmo tempo como mão de obra pastoril e militar (Freitas 1980). Neste contexto cultural, toda fronteira tem algo de arbitrário, e saber jogar com esta arbitrariedade é matéria de sobrevivência material e social.

Em uma região já acostumada com a circulação de fluxos binacionais, a existência de mais uma entidade borradora de fronteiras, como parece se constituir o javali, indica reiterar algumas constantes da sua vida simbólica e social. Esta vida sempre oscilou entre as figuras da sedentarização (o marco fronteiriço, a estância, a lavoura) e as figuras da errância (o andarilho, o tropeiro, o ladrão de gado, o cavalo *xucro*, etc.), como se ambas as potências - afixar-se e nomadizar-se - habitassem com igual direito a interioridade dos seres do pampa. Por consequência, acredito que a presença de porcos ferais nos campos do sul acaba despertando algo como o *devir-javali do porco doméstico* - isto é, sua possibilidade de embaralhar a fronteira entre as subespécies do *Sus scrofa* e se feralizar, reorganizando as coordenadas práticas e simbólicas que condicionam a interação entre humanos e suínos.

Considerações finais

Neste artigo, procurei explorar a invasão biológica protagonizada por suídeos ferais no pampa desde um ponto de vista antropológico, analisando suas reverberações socioeconômicas, simbólicas, jurídicas e classificatórias. Ademais, procurei dar destaque a um ponto que me parece deficitário nas análises das ciências sociais sobre invasão biológica e espécies exóticas invasoras: a saber, o aspecto *interativo* das relações entre os seres humanos afetados pelos processos de invasão e os organismos que os protagonizam, para além da maneira com a qual o processo é pensado, representado e narrado leiga ou cientificamente.

Neste sentido, pude destacar que o javali e seus híbridos vêm alterando a dinâmica de apropriação socioeconômica do bioma Pampa, bem como as rotinas das pessoas envolvidas nas *lidas campeiras*. O manejo deste animal não se faz sem a aquisição de habilidades e engajamentos com o meio diferentes daqueles requeridos pela pecuária extensiva; como bem salienta Ingold (2000), o tipo de engajamento que se tem num contexto de domesticação é bastante diferente do engajamento requerido pela experiência cinegética, mesmo que se assente sobre o mesmo repertório técnico. Embora alguns pecuaristas também sejam caçadores, não é o caso da maioria, de modo que novas interações sociais surgem deste contexto, dada a necessidade de se recorrer a outrem para perseguir, capturar e abater o animal. Igualmente, um novo tipo de relação com os órgãos do Estado emerge daí, atestada pela colaboração existente entre ICMbio, Embrapa e produtores rurais.

Por fim, destaquei também a vigência do que venho chamando de *devir javali do porco doméstico*, possivelmente o aspecto mais importante – e com mais reverberações ontológicas e antropológicas – de toda esta discussão. Isto porque, como afirma Serres, (2003: 124) “[...] a domesticidade designa um conjunto de seres vivos que dependem de nós, e nós, deles”. Esta é uma perspectiva interessante porque a domesticação é comumente vista como um exercício unilateral de dominação humana sobre os animais, quanto mais se considerarmos a vigência de

uma origem etimológica comum entre domesticidade e dominação (Leirner 2012). No entanto, ao domesticarmos os animais, domesticamos a nós mesmos: assim como adaptamos seus ciclos de vida e morte aos nossos, os nossos também são adaptados aos deles. E assim, os dispositivos que incidem sobre eles também incidem sobre nós, numa espécie de efeito ricochete. Coabitar um mundo com os animais domesticados talvez seja uma espécie de fardo que o gênero humano carrega¹⁵. Administrar o devir javali do porco doméstico, conter seu vir-a-ser feral, neste ou em outros contextos, talvez seja o preço a pagar pela nossa aproximação milenar com estes animais.

Referências

- ALBARELLA, Umberto; DOBNEY, Keith; ERVYNCK, Anton; ROWLEY-CONWY, Peter. 2007. *Pigs and humans: 10,000 years of interaction*. Oxford: Oxford University Press.
- ANDERSON, David A. 2014. “Cultures of reciprocity and cultures of control in the circumpolar North”. *Journal of Northern Studies*, 8(2):11-27.
- BARETTA, Silvio R. D.; MARKOFF, John. 1978. “Civilization and barbarism: cattle frontiers in Latin America”. *Comparative Studies in Society and History*, 20(4):587-620.
- BLACKBURN, Tim M.; PYSEK, Petr; BACHER, Sven; CARLTON, James T.; DUNCAN, Richard P.; JAROSIK, Vojtech; WILSON, John; RICHARDSON, David M. 2011. “A proposed unified framework for biological invasions”. *Trends in Ecology and Evolution*, 26(7):333-339.
- BRASIL. 1998. Portaria IBAMA nº 102, de 15 de julho de 1998. Normatiza os criadores comerciais de fauna exótica. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 16 ago. 1998. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/port_102_98.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2014.
- _____. 2006. *Espécies exóticas invasoras: situação brasileira*. Brasília: Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Ministério do Meio Ambiente.
- _____. 2013. Instrução Normativa IBAMA nº 3, de 31 de janeiro de 2013. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 1 fev. 2013. pp. 88-89.
- COLAUTTI, Robert; MCISAAC, Hugh. 2004. “A neutral terminology to define invasive species”. *Diversity and Distributions*, 10:135-141.
- COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. 2001. “Naturing the nation: aliens, apocalypse and the postcolonial state”. *Journal of Southern African Studies*, 27(3): 627-651.
- CORREA, Sergio. 2009. “Berlim permite caça de javalis no centro da cidade”. *BBC Brasil*, Abril 10. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/04/090410_javali_ac.shtml>. Acesso em: 2 jun. 2015.

¹⁵ Segundo Evans-Pritchard (2008), os Nuer explicavam sua relação com o gado de maneira por vezes agonística, a ponto de o autor sugerir a existência de um parasitismo mútuo. Ao gado, era atribuída toda sorte de infortúnios sociais, posto que sua posse era motivo de enfrentamento entre indivíduos, famílias e linhagens. Em seu mito de origem sobre a relação entre homens e bovinos, os Nuer destacavam um componente de vingança.

- CROSBY, Alfred. 2011. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras
- DA ROS, César A. 2012. *Terra e poder no Rio Grande do Sul: as políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra (1999-2002)*. Rio de Janeiro: Garamond.
- DEBERT, André J.; SCHERER, Scherezino. 2007. “O javali asselvajado: ocorrência e manejo da espécie no Brasil”. *Natureza e Conservação*, 5(2):31-44.
- DESBIEZ, Arnaud L. J.; KEUROHLIAN, Alexine; PIOVEZAN, Ubiratan; BODMER, Richard E. 2011. “Invasive species and bushmeat hunting contributing to wildlife conservation: the case of feral pigs in a Neotropical wetland”. *Fauna & Flora International*, 45(1):78-83.
- DIAMOND, Jared. 2005. *Guns, germs and steel: a short history of everybody for the last 13,000 years*. London: Vintage Books.
- DIGARD, Jean P. 1995. “Un phénomène méconnu: le marronnage des animaux: aspects modernes et implications”. In: B. Lizet & G. Ravis-Giordani (eds.), *Des Bêtes et des hommes: le rapport à l'animal: un jeu sur la distance*. Paris: Éditions du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques. pp. 133-145.
- _____. 2012. “A biodiversidade doméstica, uma dimensão desconhecida da biodiversidade animal”. *Anuário Antropológico*, 2011(2):205-226.
- DORFMAN, Adriana. 2009. *Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina.
- DOUGLAS, Mary. 2013 [1966]. “The Abomination of Leviticus” In: C. Counihan & P. Esterik (eds.), *Food and Culture: a reader*. New York: Routledge. pp. 48-58.
- EVANS-PRITCHARD, Edward E. 2008. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva.
- FARINATTI, Luís A. E. 2007. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- _____. 2010. “Domesticação, técnica e paisagem agrária na pecuária tradicional da campanha rio-grandense (século XIX)”. In: B. P. Costa, J. H. Quoos & M. E. G. Dickel (eds.), *A sustentabilidade da Região da Campanha-RS: práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas*. Santa Maria: Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria. pp. 62-87.
- FREITAS, Décio. 1980. “O mito da ‘produção sem trabalho’”. In: D. Freitas, J. H. Dacanal & S. Gonzaga (eds.), *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto. pp. 7-24.
- GIBSON, James J. 1979. *The ecological approach to visual perception*. Boston: Houghton Mifflin.
- HARRIS, Marvin. 2013 [1985]. “The abominable pig”. In: C. Counihan & P. Esterik (eds.), *Food and culture: a reader*. New York: Routledge. pp. 59-71.

HAUDRICOURT, André-Georges. 1962. "Domestication des animaux, culture des plantes et traitement d'autrui". *L'Homme*, 2(1):40-50.

INGOLD, Tim. 1980. *Hunters: Pastoralists and Ranchers: reindeer economies and their transformations*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. 2000. *The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge.

KOSBY, Marilia; SILVA, Liza B. M. 2013. "INRC – Lidas campeiras na região de Bagé/RS: inventário dos ofícios e modos de fazer da pecuária no Pampa". *Perspectivas Sociais*, 2(1):2-14.

LARSSON, Brendon M.H. 2005. "The war of the roses: demilitarizing invasion biology". *Frontiers in the Ecology and Environment*, 3(9):495-500.

LEAL, Ondina F. 1989. *The gauchos: male culture and identity*. Tese de Doutorado, University of California, Berkeley.

LEIRNER, Piero. 2012. "O Estado como fazenda de domesticação". *R@U: Revista de Antropologia da UFSCar*, 4(2):38-70.

LOMBARDI, Raúl; BERRINI, Rossana; ACHAVAL, Federico; WAYSON, Craig. 2007. *El Jabalí en el Uruguay*. Montevideo: Centro Interdisciplinario para el Desarrollo.

LOWE, Sarah; BROWNE, Michael; BOUDJELAS, Souyad; POORTER, Maj. 2004. *100 of the world's worst invasive alien species: a selection from the Global Invasive Species Database*. New Zealand: ISSG, IUCN.

MARVIN, Garry. 2010. "Challenging animals: project and process in hunting". In: S. Pilgrim & J. Pretty (eds.), *Nature and Culture: rebuilding lost connections*. London: Earthscan. pp. 145-165.

OLIVEIRA, Anderson E. S.; MACHADO, Carlos J. 2009. "Quem é quem diante da presença de espécies exóticas no Brasil? Uma leitura do arcabouço legal-institucional voltada para a formulação de uma política pública nacional". *Ambiente e Sociedade*, 13(2):273-387.

PERETTI, Jonah H. 1998. "Nativism and nature: rethinking biological invasion". *Environmental Values*, 7:183-192.

PESAVENTO, Sandra J. 1994. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

PILLAR, Valério P.; VÉLEZ, Eduardo. 2010. "Extinção dos campos sulinos em unidades de conservação: um fenômeno natural ou um problema ético". *Natureza e Conservação*, 8(1):84-86.

REED, Edward S. 1988. "The affordances of the animate environment: social science from the ecological point of view". In: Tim Ingold (ed.), *What is an animal?* London: Unwyn Hyman. pp. 110-126.

SAGOFF, Mark. 1999. "What's wrong with exotic species?" *Report from the Institute for Philosophy and Public Policy*, 19(4):16-23.

SAUTCHUK, Carlos E. 2007. *O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá)*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília.

- SERRES, Michel. 2003. *Hominescências: o começo de uma outra humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- SIGAUT, François. 1988. "Critique de la notion de domestication". *L'Homme*, 28(108):59-71.
- SUBRAMANIAM, Banu. 2001. "The aliens have landed! Reflections on the rhetoric of biological invasions". *Meridians: Feminism, Race, Transnationalism*, 2(1):26-40.
- SUERTEGARAY, Dirce M.; FUJIMOTO, Nina S. V. M. 2012. "Morfogênese do relevo do Estado do Rio Grande do Sul". In: R. Verdum, L. A. Basso & D. M. A. Suertegaray (eds.), *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. pp. 11-26.
- TSING, Anna L. 1995. "Empowering nature, or: some gleanings in bee-culture". In: S. Yanagisako & C. Delaney (eds.), *Naturalizing power: essays in feminist cultural analysis*. New York: Routledge. pp. 113-143.
- URUGUAY, República Oriental. Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca. 1982. Decreto 463/982 de 15/12/1982. *Registro Nacional de Leyes y Decretos*, Montevideo.
- _____. Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca. 1996. Decreto 164/996 de 02/05/1996. *Registro Nacional de Leyes y Decretos*, Montevideo.
- VALÉRY, Loic; FRITZ, Hervé; LEFEUVRE, Jean-Claude; SIMBERLOFF, Daniel. 2008. "In search of a real definition of the biological invasion phenomenon itself". *Biological Invasions*, 10: 1345-1351.

Recebido em Março 20, 2015
Aceito em Outubro 08, 2015